



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2013
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORREICIONADA:	2ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS
------------------------	---------------------------------

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/07/2012 a 30/06/2013
------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA
-------------	---

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
Geisa Azevedo Carlos Campelo	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.110
2	Processos remanescentes do período anterior	189
3	Processos resolvidos	1.035
4	Produção	80%
5	Processos pendentes de solução em junho de 2013	267
6	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas) em junho de 2013	583
7	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas) em junho de 2013	7
8	Execuções no arquivo provisório em junho de 2013	231
9	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas) em junho de 2013	109
10	Total de execuções (soma dos itens 6, 7, 8 e 9)	930
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS NO PERÍODO CORREICIONADO		
11	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	118
12	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	108
13	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	37
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS NO PERÍODO CORREICIONADO		
14	Cartas precatórias expedidas	158
15	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	205
16	Cartas precatórias pendentes de devolução	32
17	Número de processos recebidos no período correicionado anterior	965
18	Número de processos recebidos no período correicionado	1.110
19	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	15%
20	Número de processos na fase de execução no período correicionado anterior	810
21	Número de processos na fase de execução no período correicionado	930
22	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	14,81%

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	ARI PEDRO LORENZETTI
Juiz Auxiliar	MARCELO ALVES GOMES
Juiz Substituto	

2.2 – Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
		X
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X		
Auxiliar fixo					

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	3
---	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO

2.4.2 – Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.3 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	30
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	29
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	32
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	29

2.4.4 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	17
Ordinário	37

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	305
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	2
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	71
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	12

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	29
--	----

2.6.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	1
Ordinário	2

2.6.3 – Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	X	X
Juiz Auxiliar (se houver)		
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	10
--	----

2.6.5 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	1
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	0

2.6.6 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
10154-2013	26/03/13	127	Ari Pedro Lorenzetti
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			1

2.7 – Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	31
Ordinário	87

2.8 – Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	47%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	47%	

2.9 – Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	22%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	13%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	65%

2.10 – Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
João Rodrigues Pereira	07/12	151	61	1	1	10	0	0
	08/12	77	36	1	1	10	1	0
	09/12	66	20	2	2	0	0	0
	10/12	185	52	3	3	11	4	0
	11/12	144	28	1	2	5	5	0
	12/12	119	40	3	3	8	3	1
	01/13	16	0	0	0	1	1	0
	02/13	1	1	0	1	0	0	0
	03/13	0	3	0	0	0	0	0
	04/13	0	1	0	0	1	0	0
	TOTAIS	759	242	1	1	46	14	1
Celismar Coêlho de Figueiredo	07/12	0	1	7	0	0	0	0
	08/12	0	1	0	44	0	0	0
	TOTAIS	0	2	4	22	0	0	0
Ari Pedro Lorenzetti	01/13	0	1	0	0	0	0	0
	02/13	86	14	2	2	0	1	0
	03/13	139	87	3	2	1	0	0
	04/13	236	73	1	1	3	2	0
	05/13	158	61	1	1	4	3	0
	06/13	172	45	1	2	1	13	0
	TOTAIS	791	281	1	1	9	19	0
Eduardo do Nascimento	01/13	54	6	0	1	3	0	0
	02/13	56	18	0	5	0	1	1
	03/13	0	1	0	4	1	0	0
	TOTAIS	110	25	0	3	4	1	1
Quêssio César Rabelo	07/12	1	1	0	4	0	0	0
	08/12	81	17	1	4	2	1	0
	09/12	63	21	1	2	3	0	0
	12/12	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	145	40	1	3	5	1	0

3 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 – Estrutura da Secretaria****3.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
OMAR LOPES TOLEDO	DIRETOR DE SECRETARIA	EFETIVO
ADRIANO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES	ASSISTENTE FC-02	EFETIVO
EDUARCO COUTINHO NEVES	ASSISTENTE DE JUIZ	EFETIVO
ELVIANNA FERREIRA PAIVA SANTOS	ASSISTENTE DE DIRETOR	EFETIVO
JACQUELINE COZAC BONFIM LIMA		EFETIVO
LEILA RIBEIRO DE QUEIROZ		CEDIDA (TRT/RO -EXC – DG)
MÁRCIA APARECIDA DE S. PACHECO	SECRETÁRIA DE AUDIÊNCIA	CEDIDA (MUNICÍPIO DE ANS)
MÔNICA GONÇALVES DE F. LIMA		EFETIVO
ADRIANA MOREIRA DE ALMEIDA		EFETIVO
ÁQUILA RAFAEL TEODORO DA SILVA		MENOR-APRENDIZ
BRUNA DANIELE DA SILVA		ESTAGIÁRIA
RAFAEL STEFANE P. MACHADO		ESTAGIÁRIO

3.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	12
Notebooks	1
Impressoras	4
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	3

3.2 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2
Atualização de cálculos	-
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-

3.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

4 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade procedeu à digitalização da íntegra dos processos, quando da implantação do processo digital?	X		
2	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do Novo PGC?	X		
3	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		Quinzenalmente.
4	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do Novo PGC)?	X		
5	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do Novo PGC?	X		
6	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do Novo PGC?	X		
7	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do Novo PGC?	X		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, I da Consolidação do Provimentos da CGJT?	X		
9	A unidade fotografa os bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos no processo?		X	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do Novo PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar exemplos)	X		
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	X		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do Novo PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		X	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do Novo PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento definitivo do processo?	X		
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do Novo PGC?		X	Não constam os números das CDAs nos Editais publicados pela Vara do Trabalho, em desacordo com o artigo 183 do PGC.
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Unidade procede à guarda física dos autos em papel que baixam do Tribunal, após o julgamento de recursos, ou que aguardam julgamento de recursos pelo TST, bem como das Ações de Execução Fiscal recebidos da justiça comum?	X		
18	A unidade obedece o disposto no art. 179 do Novo PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução, inclusive os previstos no art. 159 do Novo PGC?	X		
19	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC		X	
20	A unidade possui processos com o último andamento AQCC-Arquivo Definitivo/Certidão de Crédito Expedida?	X		
21	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução? Em caso afirmativo, a reunião importa na extinção do processo reunido? Dê exemplos.	X		A reunião não importa em extinção do processo reunido.
22	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)	X		
23	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido, bem como a data da última eliminação)		X	
24	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

5 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG			X
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
5.1 a observância do disposto no parágrafo único do artigo 339 do PGC, visto que em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor, não há intimação do Ministério Público do Trabalho dos acordos homologados;	X		
5.2 o lançamento no sistema SAJ-18, com regularidade, dos valores relativos aos levantamentos de créditos trabalhistas e dos recolhimentos fiscais e previdenciários, nos termos dos artigos 164 do PGC;	X		Atendido Parcialmente.
5.3 a utilização dos convênios firmados com a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e a Caixa Econômica Federal – CAIXA, para envio de sentenças por correio eletrônico, independentemente de requerimento das partes; e	X		
5.4 que o Juiz Titular, a exemplo do excelentíssimo Juiz Auxiliar, passe a adotar o procedimento previsto na Recomendação Conjunta nº 2/GP.CGJT, de 28 de outubro de 2011, noticiada através do Ofício-Circular TRT 18ª Região GP/SGP nº 01/2012, no sentido de proceder o encaminhamento de cópia das sentenças que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Federal – GO.	X		

6.2 – Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho UTILIZA corretamente o Check list elaborado pela Secretaria Geral Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: 10386-53.2013; 10435-94.2013; 10458-40.2013; 10539-86.2013; 10468-84.2013)
2	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇOU, correta e regularmente, no SAJ os valores decorrentes dos acordos, descumprindo, assim, o disposto no artigo 163 e parágrafos do PGC (processos: 10186-46.2013; 10435-94.2013)
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO CUMPRE O DISPOSTO NO ARTIGO 81 DO PGC, uma vez que NÃO constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: 10070-74.2012, 10066-03.2012, 10086-91.2013, 10152-71.2013, 10003-75.2013 e 10244-49.2013)
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho profere sentenças LÍQUIDAS (processos: 10070-74.2012, 10066-03.2012, 10086-91.2013, 10152-71.2013, 10003-75.2013 e 10244-49.2013)
5	Nos processos a seguir relacionados, em trâmite no sistema PJE-JT, com sentença proferida, constatou-se que a Vara do Trabalho lançou no SAJ18 os andamentos de solução, cumprindo a orientação do Ofício-Circular TRT18 SGJ nº 16/2013 de 04/02/2013 (processos: 10070-74.2012, 10066-03.2012, 10152-71.2013, 10086-91.2013, 10003-75.2013 e 10244-49.2013)
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentença proferida, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDIU OS OFÍCIOS, descumprindo determinação da sentença. (processos: 10086-91.2013 e 10015-89.2013).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nos acordos homologados pela Vara do Trabalho são CUMPRIDAS AS DISPOSIÇÕES DOS ARTIGOS 76 E 81 DO PGC, uma vez que as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: 10080-21.2012, 10117-48.2012, 10018-78.2012 e 10007-15.2012).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA NO SAJ OS VALORES REFERENTES ÀS PARCELAS DO ACORDO PAGAS, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 10080-21.2012, 10117-48.2012, 10018-78.2012 e 10007-15.2012)
9	Ao verificar os andamentos dos processos no SAJ-18, em 11-07-2013, utilizando para tanto a ferramenta disponibilizada pelo próprio sistema (RELATÓRIO PELO ÚLTIMO ANDAMENTO), constatou-se que não há uma quantidade significativa de processos com data limite excedida.
10	Constatou-se, em 11/07/2013, através do módulo de gerenciamento de processos – Birô, que não foi detectado um número significativo de processos com data limite vencida.
11	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho suspende as execuções pelo prazo de 30 dias, conforme procedimento previsto no artigo 40, § 2º da Lei 6830/80, porém SEM DETERMINAÇÃO JUDICIAL (processos: 221-78.2012, 684-20.2012, 486-80.2012, 212-19.2012, 253-83.2012 e 1034-08.2012);
12	Nos processos verificados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA NO SAJ o andamento "EXECUÇÃO SUSPENSA" (processos: 221-78.2012, 684-20.2012, 486-80.2012, 212-19.2012, 253-83.2012 e 1034-08.2012)
13	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho arquiva provisoriamente os autos, nos termos do artigo 40 da Lei 6.830/80 (processos: 221-78.2012, 684-20.2012, 486-80.2012, 212-19.2012, 253-83.2012 e 1034-08.2012)
14	Nos processos de execução fiscal, a seguir relacionados, constatou-se que nos editais publicados pela Vara do Trabalho não constam o número das CDAs, descumprindo o disposto no artigo 185 do PGC (processos: 890-34.2012, 25-11.2012 e 178-44.2012);

Item	Constatações
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 175 do PGC e na Portaria do Ministério da Fazenda nº 435/2011 ao dispensar a intimação da União acerca da conta de liquidação, em razão do valor apurado (processos: 10035-17.2012, 10007-15.2013, 301-42.2012, 780-35.2012 e 996-93.2012).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara RECOLHE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM O CÓDIGO INCORRETO (1708), DESCUMPRINDO o procedimento previsto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 177 do PGC, nos casos em que o executado deposita o valor total da execução em conta judicial (processos: 10007-15.2013, 301-42.2012, 780-35.2012 e 996-93.2012).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE OFÍCIO À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, DESCUMPRINDO o disposto no parágrafo 3º do artigo 177 do PGC (processos: 10035-17.2012, 10007-15.2013, 301-42.2012, 780-35.2012 e 996-93.2012).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a Vara do Trabalho intima, via postal, os sócios para pagarem no prazo de quinze dias a dívida (artigo 475-J do CPC), EM DESACORDO com o procedimento previsto no artigo 68, III da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. (processos: 10026-55.2012, 508-75.2012 e 718-92.2012).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após a liquidação dos cálculos, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: 503-19.2012 e 568-14.2012).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que o procedimento adotado pela Vara do Trabalho na execução é o previsto no artigo 475-J do CPC, citando o executado, via diário de justiça eletrônico, a pagar no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (processos: 10006-64.2012, 10026-55.2012, 10152-08.2012, 10119-18.2012, 503-19.2012, 568-14.2012 e 1039-30.2012).
21	Nos processos em fase de execução trabalhista verificados, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza sistematicamente os convênios previstos no artigo 159 do PGC, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição (processos: 10026-55.2012, 10152-08.2012, 10119-18.2012 e 1039-30.2012).
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho não adota o procedimento previsto no artigo 158 do PGC, não contendo expressamente nas sentenças líquidas que o devedor já se encontra intimado a pagar a dívida após o trânsito em julgado (processos: 10026-55.2012 e 10152-08.2012).
23	Nos processos a seguir relacionados, em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, constatou-se que a Vara INTIMA o MPT das audiências iniciais designadas, sentenças e acordos homologados, em cumprimento ao disposto no art. 346 do PGC (Processos: 10070-74.2012; 10136-54.2012; 10150-38.2012; 10035-80.2013; 10062-63.2013)
24	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho analisa, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: 1016-84.2012, 995-11.2012, 941-45.2012, 797-45.2012 e 1073-05.2012).
25	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho certifica os feriados, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, conforme disposto no art. 128 do PGC (processos: 1016-84.2012, 995-11.2012, 941-45.2012, 797-45.2012 e 1073-05.2012).
26	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 941-45.2012, 797-45.2012 e 1073-05.2012).
27	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 05/07/2012 e 29/04/2013, constatou-se que: (1º) são realizadas audiências de segunda a quinta-feira; (2º) o atraso médio para início de audiências é de 25 minutos; e (3º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências 10 (dez) processos.